

Demonstrações Contábeis

Relatório de Gestão 2012

Regionalização



Unimed 
Fesp

Somos médicos.
É isso faz toda a diferença.

Relatório de Gestão 2012

Regionalização



Unimed 
Fesp

Somos médicos.
E isso faz toda a diferença.

Demonstrações Contábeis

**UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS**
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(EM REAIS)

ATIVO

	N.E.	31.12.2012	31.12.2011
ATIVO CIRCULANTE		158.357.751	119.594.374
Disponível	4	2.439.428	3.174.894
Realizável		155.918.323	116.419.480
Aplicações	5	85.143.349	52.337.951
<u>Créditos de Operações c/Planos Assist. à Saúde</u>	6	<u>44.674.410</u>	<u>42.956.651</u>
Contraprestação Pecuniária a Receber		40.197.201	39.881.655
Outros Créditos de Operações c/ Planos de Assist. à Saúde		4.477.209	3.074.996
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos de Saúde da OPS	7	3.047.382	5.351.948
Créditos Tributários e Previdenciários	8	8.930.415	9.970.907
Bens e Títulos a Receber	9	13.684.152	5.280.517
Despesas Antecipadas		438.615	521.506
ATIVO NÃO CIRCULANTE		52.941.821	49.088.127
Realizável a Longo Prazo		19.290.402	18.699.740
Títulos e Créditos a Receber	9	1.000.000	1.600.000
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	4.326.384	2.370.382
Conta Corrente com Cooperadas	11	13.964.018	14.729.358
Investimentos	12	7.055.846	3.452.316
Participações Societárias – Outras Entidades		7.055.846	3.452.316
Imobilizado	13	22.422.768	23.377.666
Imóveis de Uso Próprio – Não Hospitalares		14.397.499	14.631.225
Bens Móveis – Não Hospitalares		7.376.023	8.198.778
Outras Imobilizações – Não Hospitalares		649.246	547.663
Intangível	14	4.172.805	3.558.405
TOTAL DO ATIVO		211.299.572	168.682.501

**UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS**
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(EM REAIS)

PASSIVO

	N.E.	31.12.2012	31.12.2011
PASSIVO CIRCULANTE		126.217.809	91.157.235
<u>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</u>	15	<u>102.825.727</u>	<u>69.111.546</u>
Provisão para Remissão		626.873	407.294
Provisão de Eventos a Liquidar		51.969.116	33.533.545
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados		50.229.738	35.170.707
<u>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</u>		<u>1.752.270</u>	<u>5.471.652</u>
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		1.752.270	5.471.652
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	6.086.358	5.099.857
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	1.129.980	1.938.032
Débitos Diversos	18	14.423.474	9.536.148
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		24.078.361	24.948.558
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	662.021	348.198
Provisões Judiciais	19	236.922	273.682
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	21	22.636.681	23.665.759
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	542.737	660.919
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	61.003.402	52.576.708
Capital Social		37.069.408	33.508.467
Reservas de Sobras		18.502.046	17.015.536
Resultado		5.431.948	2.052.705
TOTAL DO PASSIVO		211.299.572	168.682.501

Demonstrações Contábeis

**UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(EM REAIS)**

	31.12.2012	31.12.2011
Contraprestações Efetivas de Operações com Planos de Assist.à Saúde	721.188.083	621.540.887
Contraprestações Líquidas	729.337.122	626.245.180
Variação das Provisões Técnicas	(533.402)	(78.230)
Ingressos com Administração	311.998	-
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assist.à Saúde	(7.927.635)	(4.626.063)
Eventos Indenizáveis Líquidos	(628.245.471)	(556.196.628)
Eventos Conhecidos ou Avisados	(634.900.877)	(561.374.809)
Recuperação de Eventos Conhecidos ou Avisados	21.714.437	15.394.451
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(15.059.031)	(10.216.270)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	92.942.612	65.344.259
Outros Ingressos Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	507.416	541.046
Outros Ingressos Oper. Assist. Saúde Não Relac.c/ Planos de Saúde da Operadora	47.689.979	83.649.201
RESULTADO BRUTO	141.140.007	149.534.506
Dispêndios de Comercialização	(26.408.539)	(26.649.245)
Dispêndios Administrativos	(70.388.837)	(59.923.145)
Outros Ingressos Operacionais	6.625.317	4.899.984
Outros Dispêndios Operacionais	(43.483.491)	(66.498.765)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(224.436)	103.361
Outras	(43.259.055)	(66.602.126)
Resultado Financeiro Líquido	3.995.086	4.222.387
Ingressos Financeiros	6.157.288	6.888.097
Dispêndios Financeiros	(2.162.202)	(2.665.710)
Resultado Patrimonial	1.247.140	1.042.706
Ingressos Patrimoniais	1.254.850	1.042.706
Dispêndios Patrimoniais	(7.710)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	12.726.683	6.628.428
Imposto de Renda	(1.365.404)	(1.195.476)
Contribuição Social	(500.185)	(439.012)
Participações no Resultado	(1.016.342)	(804.599)
RESULTADO LÍQUIDO	9.844.752	4.189.341

**UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (EM REAIS)**

	Capital Social	Fundo de Reserva	FATES	FANAE	FUSES	Ajustes Exercícios Anteriores	Sobras (Perdas)	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	16.472.677	13.796.893	934.039	880.302	9.806.119	-	6.250.927	48.140.957
Destinações conforme A.G.O. de 25.02.11								
Incorporação de Sobras ao Fusesp	-	-	-	-	498.812	-	(498.812)	-
Incorporação de Sobras ao Capital	5.773.023	-	-	-	-	-	(5.773.023)	-
Incorporação de Juros sobre Capital	957.836	-	-	-	-	-	-	957.836
Movimentação do Exercício:								
Incorporação Fusesp ao Capital	10.304.931	-	-	-	(10.304.931)	-	-	-
Ajuste Exercício Anterior-Ajustes de Depreciação (AAP)	-	-	-	-	-	(131.807)	20.806	(110.899)
Movimentação F.A.N.A.E.	-	-	-	1.925.712	-	-	-	1.925.712
Baixas por Utilização	-	-	(704.990)	(444.621)	-	-	-	(1.149.611)
Resultado do Exercício								
Sobras Apuradas	-	-	-	-	-	-	4.189.341	4.189.341
Destinações Legais e Estatutárias:								
Fundo de Reserva - 10%	-	418.934	-	-	-	-	(418.934)	-
F.A.T.E.S. - 5%	-	-	209.467	-	-	-	(209.467)	-
Juros sobre Capital (6% a.a.)	-	-	-	-	-	-	(1.376.428)	(1.376.428)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	33.508.467	14.215.827	-438.516	2.361.193	-	(131.807)	2.184.512	52.576.708
Destinações conforme A.G.O. de 30.03.12								
Compensação Ajuste Exercícios Anteriores	-	(131.807)	-	-	-	131.807	-	-
Incorporação de Sobras ao Capital	2.184.512	-	-	-	-	-	(2.184.512)	-
Incorporação de Juros sobre Capital	1.376.428	-	-	-	-	-	-	1.376.428
Movimentação do Exercício:								
Movimentação F.A.N.A.E.	-	-	-	2.024.036	-	-	-	2.024.036
Baixas por Utilização	-	-	(438.516)	(1.443.916)	-	-	-	(1.882.432)
Absorção Conta Corrente Cooperadas IN 20	-	-	-	-	-	-	(765.340)	(765.340)
Resultado do Exercício								
Sobras Apuradas	-	-	-	-	-	-	9.844.752	9.844.752
Destinações Legais:								
Fundo de Reserva - 10%	-	984.475	-	-	-	-	(984.475)	-
F.A.T.E.S. - 5%	-	-	492.238	-	-	-	(492.238)	-
Juros sobre Capital (6% a.a.)	-	-	-	-	-	-	(2.170.750)	(2.170.750)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	37.069.408	15.068.495	492.238	2.941.313	-	-	5.431.948	61.003.402

Demonstrações Contábeis

**UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS**
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(EM REAIS)**

	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Planos de Saúde	901.833.173	749.157.023
Outros Recebimentos Operacionais	131.028.800	123.654.437
(-) Pagamentos a Fornecedores / Prestadores de Serviços de Saúde	(725.344.142)	(646.048.376)
(-) Pagamentos de Comissões	(25.017.970)	(22.110.718)
(-) Pagamentos de Pessoal	(34.415.397)	(28.209.314)
(-) Pagamentos de Pró-Labore	(4.512.871)	(4.105.296)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(21.366.165)	(15.783.268)
(-) Pagamentos de Tributos	(14.452.237)	(11.394.364)
(-) Pagamentos de Aluguel	(786.296)	(723.382)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade	(1.935.070)	(1.856.657)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(170.348.919)	(125.722.286)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	34.682.906	16.857.799
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(5.204.574)	(3.521.161)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.204.574)	(3.521.161)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos / Financiamentos	458.052	-
Resgates de Aplicações Financeiras	169.539.627	146.115.392
(-) Aplicações Financeiras	(197.816.728)	(153.756.660)
(-) Pagamentos de Amortização – Empréstimos / Financiamentos	(1.300.144)	(6.383.404)
(-) Participação nos Resultados	(1.016.342)	(385.684)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(30.135.535)	(14.410.356)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(657.203)	(1.073.718)
CAIXA – Saldo Inicial	3.093.905	4.167.623
CAIXA – Saldo Final	2.436.702	3.093.905

**UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(EM REAIS)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO – FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS tem por objetivo a integração, orientação e coordenação das Unimeds do Estado de São Paulo, tendo competência para atuar nas atividades de sua área de ação, especialmente nos empreendimentos que transcendam a capacidade ou conveniência da atuação das federações e das cooperativas singulares associadas, organizando programas de intercâmbio de serviços, de interesses e informações. Compete-lhe, ainda, estimular e orientar a implantação de novas cooperativas de trabalho no âmbito estadual, incentivar e difundir o cooperativismo, bem como, estabelecer planos de assistência técnica, educacional e social.

Como operadora de planos de assistência à saúde a UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO encontra-se registrada na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob o nº 319.996.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas de acordo com padrões da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, conforme Plano de Contas Padrão estabelecido pela Resolução Normativa/ANS nº 290 de 27 de Fevereiro de 2.012, consoantes às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 (alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09), bem como, da Lei Cooperativista nº 5.764/71, das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Entidades Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, obedecendo ainda parcialmente, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2011, as quais foram readequadas às alterações trazidas pela Resolução Normativa – RN 290 de 27 de fevereiro de 2012 da ANS, de forma a permitir a sua comparabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de Escrituração

A Federação adota o regime de competência para o registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

Demonstrações Contábeis

b) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil inclui estimativas e premissas, como mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Federação revisa as estimativas e premissas ao menos anualmente.

c) Aplicações Financeiras

Representadas substancialmente, por aplicações em Fundos de Investimentos e Certificados de Depósito Bancário, correspondem a Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas e Aplicações Não Vinculadas e, encontram-se demonstradas ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos, líquidos de IRRF, auferidos até a data do balanço, ajustadas quando aplicável, a valor de mercado.

d) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, não se referindo a transações de financiamento, razão pela qual os respectivos valores não estão sujeitos a qualquer taxa de desconto. Os referidos ativos encontram-se ajustados por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base na análise individual e nos parâmetros previstos no item 9.2.3 do Capítulo I do Anexo I da RN nº 290 da DIOPE/ANS de 27.02.2012, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Os valores registrados em rubrica de "Outros Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde" correspondem a créditos a receber decorrente de cobrança de Participação de Beneficiários em Eventos Indenizáveis em contratos firmados com Pessoas Jurídicas.

e) Demais Ativos Circulantes

Os demais ativos circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os direitos realizáveis após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como longo prazo.

f) Ativos Não Circulantes

Os direitos realizáveis após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como longo prazo e, estão apresentados a valor presente. Os valores registrados em Conta Corrente com Cooperadas, por sua vinculação às provisões registradas no Exigível a Longo Prazo, não possuem provisão de qualquer taxa de desconto.

g) Investimentos

Os Investimentos, representados basicamente por participações minoritárias em sociedades coligadas, sem influência significativa na administração, estão registrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, somadas as incorporações de juros e sobras ocorridas no período.

h) Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A Lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96.

Os encargos de depreciação são reconhecidos através de taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, determinadas através de laudo técnico elaborado pela empresa especializada contratada (SETAPE Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda.), consoante aos parâmetros estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 27.

i) **Arrendamento Mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13.

j) Ativo Intangível

Representado basicamente por licenças e direito de uso de softwares destinados ao sistema operacional corporativo da Federação, sendo registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos intangíveis, observadas as premissas previstas no Pronunciamento Técnico CPC nº 04.

k) Recuperabilidade dos ativos

Não foram identificadas quaisquer evidências ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar eventual deterioração, obsolescência ou perda do valor recuperável dos ativos, que possam requerer ajustes para perda por conta de redução do valor de recuperação dos referidos ativos (CPC 01).

l) Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com os parâmetros contidos RN nº 209 de 22.12.2009 da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, as quais contemplam:

- **Provisão de Benefícios Concedidos**, destinada à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde, correspondente ao Plano de Continuidade Assistencial-PCA. Constituída com base em metodologia de cálculo prevista em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP aprovada pela ANS;
- **Provisão de Eventos a Liquidar**, destinada à cobertura de eventos já ocorridos e não pagos, apurada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pela operadora e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço;
- **Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados-PEONA**, destinada a fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base na média mensal do maior valor entre as contraprestações pecuniárias e os eventos indenizáveis nos últimos 12 (doze) meses, dos contratos na modalidade de preço preestabelecido, aplicando-se os parâmetros previstos na referida resolução normativa (vide nota 15-c).

m) Demais Passivos Circulantes

Os demais passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Demonstrações Contábeis

n) Passivos não Circulantes

Os passivos não circulantes, representados por empréstimos e financiamentos exigíveis a longo prazo, são demonstrados a valor presente, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até 31 de dezembro de 2012. Os passivos registrados na rubrica de "Provisões" em face de sua natureza, não estão sujeitos a qualquer taxa explícita ou implícita de desconto.

o) Ativos e Passivos Contingentes

Estão apresentados de forma detalhada quanto à sua natureza, oportunidade e valores envolvidos, observados os procedimentos contidos no Pronunciamento Técnico nº 25 do CPC.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Federação possuir total controle da situação ou quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, enquanto que os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questiona a inconstitucionalidade e/ou a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

p) Ingressos e Dispêndios de Atos Cooperativos

São originados por duas principais modalidades de contratos de serviços de assistência médico-hospitalar. Esses ingressos e os dispêndios correspondentes são apropriados ao resultado da seguinte forma:

- Contratos com cobertura a preço pré-estabelecido: Os ingressos são reconhecidos mediante a emissão das faturas mensais, apropriadas ao resultado considerando-se o período de cobertura do risco. Os dispêndios desses contratos são reconhecidos quando incorridos e, como parte dos eventos não são apresentados dentro do período da sua efetiva competência (atendimento), os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados-PEONA.
- Contratos com cobertura a preço pós-estabelecido: Os ingressos são reconhecidos quando da efetiva utilização dos serviços e da geração dos dispêndios correspondentes.

q) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa da Federação estão sendo apresentadas através de demonstração que indica os fluxos de caixa no período decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento da Federação, conforme estrutura padrão definida no anexo da Resolução Normativa-RN nº 290 da DIOPE/ANS, consoante aos dispositivos estabelecidos no CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. DISPONÍVEL

	2012	2011
Caixa Geral	18.000	18.000
Bancos Conta Movimento	2.418.702	3.075.905
Sub-Total	2.436.702	3.093.905
Valores em Trânsito	2.726	80.989
Total	2.439.428	3.174.894

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstradas ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustadas quando aplicável, a valor de mercado, detalhadas a seguir:

	2012	2011
APLICAÇÕES VINCULADAS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS		
Em Certificado de Depósitos Bancários		
Banco Santander	9.555.972	5.835.865
Banco Itaú	4.753.248	1.740.756
Banco Safra	9.284.953	5.950.439
Banco do Brasil	9.271.896	2.097.173
Banco Bradesco	7.171.374	5.692.775
Em Fundos de Investimentos		
Banco HSBC	8.577.926	8.035.359
Banco Santander	3.170.566	2.969.249
Em Letra Financeira		
Banco Bradesco	3.059.361	-
Banco Safra	1.375.141	-
(-) Provisão de IR sobre aplicações	(698.800)	(398.857)
APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS		
Em Certificado de Depósitos Bancários		
Banco Santander	-	18.621.334
Banco Itaú	27.579.082	-
Banco Bradesco	27.493	73.471
Banco HSBC	1.338.710	1.757.268
Banco Safra	581.860	22.907
Banco do Brasil	35.861	-
Banco Citibank	108.379	-
Em Títulos de Capitalização		
Banco Itaú	10.000	10.000
(-) Provisão de IR sobre aplicações	(59.673)	(69.788)
Total	85.143.349	52.337.951

Demonstrações Contábeis

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Estão assim compostos:

	2012	2011
Contas a Receber – Clientes	42.700.642	45.209.033
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos – Clientes	(9.431.120)	(8.896.253)
Custo Operacional a Faturar	6.927.679	3.568.875
Participação Benef. Eventos a Receber	4.816.055	3.227.176
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos – Partic.Benef.a Rec.	(338.846)	(152.180)
Total	44.674.410	42.956.651

7. CRÉDITOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Composição:

	2012	2011
Contas a Receber – Outros	31.255	2.077.336
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos – Outros	(3.631)	(174.270)
Contas a Receber – Unimed	3.122.788	3.757.547
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos – Unimed	(103.030)	(308.665)
Total	3.047.382	5.351.948

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2012	2011
IRRF a Compensar	4.387.785	6.828.035
PIS/COFINS/CSLL Retidos na Fonte	4.219.795	2.826.760
ISS Retido na Fonte	308.838	302.115
Outros	13.997	13.997
Total	8.930.415	9.970.907

Correspondem basicamente a impostos e contribuições retidos por parte dos contratantes sobre faturas emitidas pela Federação, que estão sendo compensados de acordo com a legislação aplicável.

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2012		2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Estoques	455.951	-	334.356	-
Adiantamentos				
Adiantamento Produção – Unimed	-	-	270.896	-
Adiantamentos a Fornecedores	394.567	-	264.373	-
Adiantamentos a Unimed	(a) 7.007.454	-	1.159.153	-
Adiantamentos a Funcionários	230.184	-	193.523	-
Sub Total	7.632.205	-	1.887.945	-
Outros Créditos				
Títulos a Receber	(b) 600.000	1.000.000	600.000	1.600.000
Outros Títulos e Créditos a Receber	(c) 8.204.725	-	5.787.768	-
(-) Provisão para Perdas sobre Créditos	(3.308.729)	-	(3.329.552)	-
Sub Total	5.595.996	1.000.000	3.058.216	1.600.000
Total	13.684.152	1.000.000	5.280.517	1.600.000

- (a) Correspondem a adiantamento sobre faturas de serviços prestados por Unimed a usuários da Federação, cuja baixa ocorre após a finalização do processo de conferência da despesa assistencial ora provisionada;
- (b) Refere-se basicamente a saldo residual de créditos a receber apresentados a valor presente, relativo a acordo firmado em 23/06/2010 com a Nobre Seguradora do Brasil S.A., visando o recebimento de valores que estavam sendo cobrados judicialmente. O saldo remanescente em 31.12.2012 apresentado a valor presente corresponde a 32 parcelas mensais e consecutivas, cujos juros incorridos à taxa de variação do CDI são cobrados e liquidados no recebimento de cada parcela;
- (c) Estão representados por valores a receber decorrentes de produtos e serviços contratados e/ou intermediados pela Federação e repassados às suas Associadas, bem como, por outros créditos a receber que estão sendo cobrados judicialmente, sobre os quais foi constituída provisão para perdas em montante equivalente.

10. VALORES E BENS - LONGO PRAZO

	2012	2011
Depósitos Judiciais – Taxa Saúde Suplementar –ANS (a)	1.878.139	1.028.460
Outros Depósitos Judiciais	2.448.245	1.341.922
Total	4.326.384	2.370.382

- (a) Estão correspondidos por depósitos judiciais realizados trimestralmente, objetivando a suspensão da exigibilidade da taxa de saúde suplementar, tendo em vista a inexistência de relação jurídico-tributária apta a ensejar o recolhimento do suposto crédito.

Demonstrações Contábeis

11. CONTA CORRENTE COM COOPERADAS – LONGO PRAZO

Representado pelo saldo de R\$ 13.964.018 (R\$ 14.729.358 em 2011), referem-se a valores transferidos de Sobras (Perdas) Acumuladas no exercício de 2008, decorrentes de lançamento de contrapartida da provisão para contingências tributárias, conforme disposições previstas na Instrução Normativa nº 20 da DIOPE/ANS de 20 de outubro de 2008. Os respectivos registros são relacionados à PIS, COFINS, IRPJ e CSLL apurados sobre as operações da Federação do período de 2.005 a 2.007, cujas exigibilidades tributárias eram objeto contestação judicial de auto de infração lavrado contra a Federação em 2000, sendo os valores envolvidos lançados em atendimento à deliberação de AGE realizada em 19 de dezembro de 2008 e ratificados pela AGO de 27.02.2009, atribuindo a responsabilidade de suas associadas pelo pagamento dos valores relacionados, caso venham a ser exigidos contra a Federação.

Conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e 21, a Federação aderiu ao parcelamento de tributos e contribuições federais e previdenciárias no âmbito da Lei 11.941/09, cujos débitos apresentados até 2010 no subgrupo de "Provisões", foram atualizados e ajustados de acordo com percentuais de redução dos encargos conforme referida previsão legal e registrados nas respectivas rubricas de "Tributos e Contribuições a Recolher – Parcelamento" após a efetivação do processo de consolidação dos débitos por parte da Receita Federal do Brasil, considerando a opção de liquidação dos valores envolvidos pelo prazo de 180 (cento e oitenta) meses, cujos valores envolvidos encontram-se atualizados pelos encargos incorridos até 31 de dezembro de 2012.

Os valores registrados em "Conta com Corrente Cooperadas", estão sendo realizados concomitantemente ao pagamento da parcela correspondente, totalizando em 2012 o montante de R\$ 765.340 lançado à débito de sobras acumuladas.

12. INVESTIMENTOS

	31.12.2011	Adições	31.12.2012
Participações Societárias – Investimentos no País			
Unimed do Brasil	142.814	-	142.814
Unimed Seguradora S/A	1.347.083	289.999	1.637.082
Central Nacional Unimed	3.000	-	3.000
Unimed Participações S/C Ltda	1.899.339	3.313.351	5.212.690
Cofesp Corretora de Seguros	59.700	-	59.700
Coop. Cred. Mútuo Prof. Área Saúde Gde. SP	380	180	560
Clube Aliança Unimed Seguros	50.000	-	50.000
(-) Provisão para Desvalorização de Investimento	(50.000)	-	(50.000)
TOTAL	3.452.316	3.603.530	7.055.846

13. IMOBILIZADO

A movimentação dos itens do imobilizado durante o exercício de 2012, foi a seguinte:

	31.12.2011	Adições	Baixas	31.12.2012
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares	14.631.225	(126.071)	-	14.505.154
Terrenos	1.104.650	-	-	1.104.650
Edificações	15.266.484	-	-	15.266.484
Construções em Andamento	-	107.655	-	107.655
(-) Depreciação Acumulada	(1.739.909)	(233.726)	-	(1.973.635)
Bens Móveis - Não Hospitalares	8.198.778	(869.027)	(61.383)	7.268.368
Instalações	1.793.412	35.622	-	1.829.034
Veículos	407.906	155.160	(72.247)	490.819
Móveis e Utensílios	2.457.098	131.334	-	2.588.432
Aparelhos e Equipamentos	4.112.049	161.791	-	4.273.840
Terminais e Periféricos	7.782.523	870.759	(8.125)	8.645.157
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(8.354.210)	(2.223.693)	18.989	(10.558.914)
Outras Imobilizações	547.663	101.583	-	649.246
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	871.582	293.589	-	1.165.171
(-) Amortização Acumulada	(323.919)	(192.006)	-	(515.925)
TOTAL IMOBILIZADO LÍQUIDO	23.377.666	(893.515)	(61.383)	22.422.768

Consoante às disposições do Pronunciamento Técnico - CPC 27, foram realizados levantamentos da vida útil remanescente para fins adequação das taxas de depreciação e teste de Impairment (CPC 01), com vistas a identificar eventual ajuste por desvalorização dos respectivos ativos, procedimentos estes em linha com a Lei 11.638/07, mediante apuração individual realizada por empresa especializada.

A vida útil remanescente, considerando as variáveis de cada item, apresenta em média para cada grupo de ativos, os seguintes períodos (a partir da data da aquisição):

Descrição	Vida Útil	Depreciação Anual
Edificações	60 anos	1,67%
Instalações	10 anos	10,00%
Veículos	10 anos	10,00%
Móveis e Utensílios	12 anos	8,33%
Aparelhos e Equipamentos	12 anos	8,33%
Terminais e Periféricos	3 anos	33,33%

14. INTANGÍVEL

	2012	2011
Sistemas de Computação	1.877.141	2.152.337
Software e Aplicativos	8.481.968	6.631.411
Outros	19.480	19.480
(-) Amortização Acum. Software e Aplicativos	(4.317.587)	(3.394.905)
(-) Amortização Acum. Sistemas Computação	(1.888.197)	(1.849.918)
TOTAL INTANGÍVEL LÍQUIDO	4.172.805	3.558.405

15. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

a) Provisão de Remissão

Provisão constituída no valor de R\$ 1.288.894 (R\$ 626.873 no Circulante e R\$ 662.021 no Passivo não Circulante) destinada à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde, correspondente ao Plano de Continuidade Assistencial-PCA Federativo. Valor apurado com base em metodologia de cálculo prevista em Nota Técnica Atuarial de Provisões-NTAP aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS. **Atuário responsável: Italoema Destro Sanglard – MIBA 2.051.**

b) Provisão de Eventos a Liquidar

Provisão constituída conforme exigibilidade constante na Resolução Normativa-RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009 expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, destinada a garantia de eventos já ocorridos registrados contabilmente e ainda não pagos, distribuída da seguinte forma:

	2012	2011
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS (b.1)	4.922.876	2.793.156
Intercâmbio - Unimed	43.386.398	29.965.930
Hospitais	2.224.530	249.983
Laboratórios	29.307	28.736
Clínicas	36.007	54.968
Outros Serviços	1.369.998	440.772
TOTAL	51.969.116	33.533.545

(b.1) Referem-se a lançamentos realizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, correspondentes a cobranças de despesas assistenciais decorrentes de atendimentos dos usuários da Operadora junto ao sistema Único de Saúde. O valor total lançado retrata o valor atualizado com encargos de multa e juros até a data de referência, além do valor total dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) notificados à operadora de plano de saúde e ainda não cobrados pela ANS, multiplicados pelo percentual histórico de cobrança, que é calculado a partir do total dos valores cobrados sobre o total dos valores notificados.

c) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados

Provisão totalizando o montante de R\$ 50.229.738 (35.170.707 em 2011) apresentada no Passivo Circulante, constituída de acordo com os parâmetros previstos na Resolução Normativa-RN nº 209 aprovada pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em 22/12/2009, destinada a fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Federação. O valor apresentado em 31.12.2012 corresponde a 60/72 avos do total de R\$ 60.275.686 a ser constituído até Dezembro de 2013, conforme regras estabelecidas no referido dispositivo normativo.

As mencionadas Provisões Técnicas estão sendo lastreadas por aplicações do segmento de renda fixa detalhadas na nota explicativa nº 5, representadas por Certificados de Depósitos Bancários-CDB e quotas de Fundo de Investimentos dedicado ao Setor de Saúde Suplementar.

16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER - CIRCULANTE

Estão representados por:

	2012	2011
Tributos e Contribuições a Recolher	1.985.239	1.338.057
CSLL a Recolher	39.459	42.523
Imposto de Renda a Recolher	60.547	-
ISSQN a Recolher	289.650	259.681
INSS sobre Folha de Pagamento	636.394	513.398
FGTS a Recolher	216.938	169.864
Pis sobre Faturamento	131.577	62.281
Cofins sobre Faturamento	607.279	287.455
Outras Contribuições a Recolher	3.395	2.855
Retenções de Impostos e Contribuições	1.154.555	1.062.620
Imposto de Renda Retido na Fonte	817.880	788.665
ISSQN Retido na Fonte de Terceiros	70.919	66.237
INSS sobre Serviços Prestados	156.047	119.070
Pis/Cofins/CSLL Retido na Fonte	109.709	88.648
Parcelamento de Tributos e Contribuições	2.946.564	2.699.180
COFINS	737.507	688.221
PIS	154.193	143.900
PIS/COFINS/CSLL/IRPJ (PGFN) – Lei 11.941	505.899	472.985
PIS/COFINS/CSLL/IRPJ (RFB) – Lei 11.941	1.188.427	1.110.699
Previdência Social – Lei 11.941	303.314	283.375
Agência Nacional de Saúde Suplementar	57.224	-
Total	6.086.358	5.099.857

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

		2012		2011	
		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Empréstimo CCB Santander	(a)	499.384	-	270.896	-
Empréstimo CCB Itaú / Unibanco		-	-	655.026	-
Arrendamento Mercantil - Leasing	(b)	471.363	370.848	852.485	330.363
Financiamento - Finame	(c)	159.233	171.889	159.625	330.556
Total		1.129.980	542.737	1.938.032	660.919

(a) Refere-se a nova linha de crédito CCB (Cédula de Crédito Bancário), obtida junto ao Banco Santander S/A em dezembro/2012, destinadas a recomposição do fluxo de caixa, a ser liquidado em 12 parcelas, com encargos pré-fixados de 0,90%, à partir de 18/01/2013.

(b) Referem-se a arrendamento financeiro de diversos bens integrados ao Ativo Imobilizado da Federação, com Valor Residual Garantido diluído nas parcelas, conforme detalhados a seguir:

Demonstrações Contábeis

Arrendadora	Descrição do Bem	Valor Total	Início	Término	Encargos	Saldos em 31.12.2012	
						Passivo Circulante	Passivo não Circulante
HP Financial Services S/A	Equipos. Servidores HP	R\$ 172.481	16/06/11	16/05/14	1,1200% a.m.	R\$ 57.494	R\$ 23.956
HP Financial Services S/A	Equipos. Servidores HP	R\$ 249.473	28/07/11	28/06/14	1,2800% a.m.	R\$ 83.158	R\$ 41.579
HP Financial Services S/A	Máquinas, Licenças e Serviços de Implementação HP	R\$ 440.000	24/05/12	24/04/12	1,0200% a.m.	R\$ 146.666	R\$ 195.555
Santander Mercantil S/A	No-Break para 1º Andar Prédio Tamandaré	R\$ 88.249	16/11/12	24/10/15	0,9640% a.m.	R\$ 24.868	R\$ 45.591
HP Financial Services S/A	Equipamentos para Business Intelligence	R\$ 105.000	17/11/12	24/10/15	0,8600% a.m.	R\$ 35.000	R\$ 64.167
HP Financial Services S/A	Equipamentos de Informática – Expansão Datacenter	R\$ 1.194.120	27/02/10	29/01/13	1,0800% a.m.	R\$ 33.170	-
Banco Itauleasing S/A	Mobiliário Rua Tamandaré – 3º Andar	R\$ 187.872	21/06/10	21/05/13	1,1600% a.m.	R\$ 24.896	-
HP Financial Services S/A	Equipamentos p/ Upgrade Ambiente Sicom	R\$ 340.000	28/07/10	28/07/12	1,200% a.m.	R\$ 66.111	-
TOTAL						471.363	370.848

(c) Corresponde a saldo de contratos de financiamento obtidos mediante abertura de linha crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES/ FINAME através da instituição credora Unibanco - União dos Bancos Brasileiros S/A, destinados a aquisição de No-break no valor de R\$ 224.000 e Gerador pelo valor de R\$ 490.000. Os saldos apresentados em 31.12.2011 correspondem a 25 parcelas e encontram-se atualizados pelos encargos incidentes de 4,50% a.a. apropriados pró-rata dia.

18. DÉBITOS DIVERSOS

Estão correspondidos por:

	2012	2011
Obrigações com Pessoal	3.285.886	2.565.178
Salários a Pagar	55	247
Provisão para Férias	2.410.443	1.880.157
Provisão para Encargos Sociais s/ Férias	874.942	684.326
Outras Obrigações com Pessoal	446	448
Fornecedores de Bens e Serviços	7.036.189	5.253.061
Provisão de Juros sobre Capital	2.170.750	1.376.428
Outras Contas a Pagar	1.930.649	341.481
	14.423.474	9.536.148

19. PROVISÕES – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Correspondem às contingências descritas a seguir:

	2012	2011
(a) Provisão para Contingências Cíveis	35.922	72.682
(b) Provisão para Contingências Trabalhistas	201.000	201.000
	236.922	273.682

(a) Provisão para Contingências Cíveis

Provisão constituída sobre processos cíveis movidos por usuários, por conta de alegada falta de cobertura contratual, para os quais nossos assessores jurídicos consideram como prováveis as possibilidades de perdas nas demandas.

(b) Provisão para Contingências Trabalhistas

Provisão constituída conservadoramente sobre processos trabalhistas existentes contra a Federação, consoante às premissas previstas no CPC 25, sobre os quais nossos assessores jurídicos consideram em face da complexidade da legislação existente, entre possíveis e prováveis as probabilidades de perdas nos respectivos processos.

20. OUTRAS CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Encontram-se em andamento contra a Federação, ações cíveis que visam o recebimento de indenização por danos morais e materiais, obrigação de fazer, continuidade de prestação de serviços por parte de fornecedor, dentre outros, todas contestadas por nossos assessores jurídicos, que através de parecer emitido acerca das mencionadas contingências, consideram **possíveis** os riscos de perdas por parte da Cooperativa nas respectivas demandas. Os valores iniciais atribuídos às causas, carecem de suporte técnico e não são considerados líquidos e certos, uma vez que pela natureza dos processos, eventuais ônus à Federação nos processos, caso aplicável, somente serão mensurados pelo juízo em caso de sentenças desfavoráveis e definitivas contra a Cooperativa, situação esta considerada de baixo risco no momento.

Ainda conforme nossos assessores jurídicos, a grande maioria das ações judiciais, foram movidas por consumidores que pleiteiam o reconhecimento de obrigação de atendimento médico-hospitalar considerados sem cobertura contratual (ações de obrigação de fazer), nas quais em sua maior parte houve medida liminar determinando, em reconhecimento provisório, a realização da obrigação, já cumprida, de tal forma que a sentença final, em sendo desfavorável, apenas ratificará a determinação, sem acarretar maiores desdobramentos financeiros à Federação, mesmo aquelas que acumulam pedidos de ressarcimento de danos, razões pelas quais classificam como possíveis os riscos da Federação nas respectivas demandas.

Em face da opinião de nossos assessores jurídicos, a complexidade e expectativa de longo prazo para discussão dos assuntos mencionados, a Administração da Federação decidiu no momento por não constituir provisão, além das já existentes, para fazer frente aos processos correspondentes.

21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Estão representados por:

	2012	2011
Parcelamento de Tributos e Contribuições		
Cofins	809.736	1.443.823
PIS	167.042	299.790
PIS/COFINS/CSLL/IRPJ (PGFN) – Lei 11.941	5.396.251	5.518.156
PIS/COFINS/CSLL/IRPJ (RFB) – Lei 11.941	12.775.591	13.050.715
Previdência Social – Lei 11.941	3.285.902	3.353.275
Agência Nacional de Saúde Suplementar	202.159	-
Total	22.636.681	23.665.759

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital, totalmente integralizado, é composto de 37.069.407 quotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. O quadro de associadas da Federação em 31/12/2012 contempla o total de 79 Cooperativas (Federação Intrafederativas e Singulares). Sobre o capital social integralizado incidirá juros remuneratórios de 6% a.a., quando apuradas sobras no final do exercício e destinados à distribuição às federadas após aprovação do Balanço Patrimonial pela Assembléia Geral Ordinária.

De acordo com o Estatuto Social e às disposições contidas na Lei 5.764/71, das sobras brutas apuradas, são previstas as seguintes destinações:

- 5% para o **FATES - Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social** - destinado a promover os serviços assistenciais da Federação, nos seus aspectos técnicos, educacionais e sociais, desde que direta ou indiretamente ligados às finalidades da sociedade, podendo ser estendido aos cooperados das singulares, seus dependentes e aos empregados da cooperativa.
- 10% para o **Fundo de Reserva** - destinados a reparar eventuais perdas.

Além destas reservas, a Federação mantém outro fundo criado por decisão de Assembléia Geral Extraordinária, assim descrito como **FANAE - Fundo de Apoio ao Núcleo de Ações Estratégicas**, constituído em 2003, atualmente formado mediante transferência de 2/3 da contribuição social mensal das Unimed's federadas, tendo por objetivo custear as despesas e as ações do Núcleo de Assuntos Estratégicos.

23. COBERTURA DE SEGURO

São mantidos seguros para bens da empresa (edificações, veículos e equipamentos), sendo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

24. PARTES RELACIONADAS

De acordo com modelo jurídico próprio estabelecido pela Lei Cooperativista nº 5.764,71, a Federação Estadual das Cooperativas Médicas na condição de Cooperativa de 2º Grau, obrigatoriamente possui a estrutura de sua Administração, formada por dirigentes e representantes de suas Cooperativas associadas, sendo suas operações sociais exclusivamente voltadas ao cooperativismo de trabalho médico, não se enquadrando nos requisitos de caracterização como partes relacionadas conforme dispositivos contidos no pronunciamento contábil CPC nº 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Dr. Humberto Jorge Isaac
Diretor Presidente

Paulo Rogério de Azevedo
Contador CRC SP 192653/O-5



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Às Associadas e Diretores da
UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS:

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações das sobras e perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Federação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Base para opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa nº 11, a Federação aderiu ao parcelamento consolidado de tributos e contribuições federais referentes a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, correspondentes ao período de janeiro de 2005 a outubro de 2008, com base na Lei nº 11.941/09. Entretanto, como facultou a IN - DIOPE nº 20/2008 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, foi lançada no exercício de 2008, no Ativo Não Circulante e na rubrica "Conta Corrente com Cooperadas", uma provisão atualizada e mantida para o atual exercício, no montante de R\$ 13.964.018, correspondente a esses mesmos tributos e contribuições do período de 2005 a 2007, montante este que entendemos deveria ter sido mantido a débito do Patrimônio Líquido, como "Ajuste de Exercícios Anteriores".

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo da ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2013.

ETAE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-SP Nº 2SP010138/O-8

TUNEO ONO
Contador
CRC-SP Nº 098699/O-9



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da **Unimed do Estado de São Paulo – Federação Estadual das Cooperativas Médicas**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2012, as Demonstrações de Sobras e Perdas, acompanhadas das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, dos Custos Indiretos, das Mutações do Patrimônio Líquido e da Movimentação do Ativo Imobilizado, bem como todos os seus documentos e saldos figurantes, verificando uma **sobra líquida à disposição da Assembléia Geral Ordinária de R\$ 5.431.948,48 (Cinco Milhões, Quatrocentos e Trinta e Um Mil, Novecentos e Quarenta e Oito Reais e Quarenta e Oito Centavos)**, constando achar-se tudo exato e em perfeita ordem, recomenda a sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 25 de janeiro de 2013.

Dr. PAULO DIAS NOVAES FILHO

Dr. JAMES BEAL MUNHOZ

Dr. NELSON YOSIHARU FUJITA

Dr. MÁRIO SOITI OKANOBO

Dr. JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS RODRIGUES

Dra. MARIA APARECIDA MARCONDES DE ANDRADE NOGUEIRA

ANS Nº 319996

Unimed 
Fesp

Somos médicos.
E isso faz toda a diferença.

Federação das Unimeds do Estado
de São Paulo (Fesp)
Rua José Getúlio, 78/90, Aclimação,
São Paulo – SP.
(11) 2146-2500
www.unimeds.com.br